



Associação Terra Indígena Xingu
Avenida Mato Grosso, Centro 607, CEP: 78640-000 - Canarana-MT
E-mail: pres.atix@gmail.com

OFÍCIO Nº 005/2022/PRES/ATIX

Canarana/MT, 19 de maio de 2022

Ao Senhor

MARCELO DE OLIVEIRA E SILVA

Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística
Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado de Mato Grosso - SINFRA/MT
Avenida Hélio Hermínio Ribeiro Torquato da Silva, s/n - Centro Político e
Administrativo - 78049-903, Cuiabá-MT

À Senhora

MAUREN LAZZARETTI

Secretária de Estado de Meio Ambiente
Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso - SEMA/MT
Palácio Paiaguás na Rua C, s/n - Centro Político e Administrativo
78049-913, Cuiabá/MT

Ao Senhor

JOSÉ VALTER RIBEIRO

Responsável
Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA
Rua A, 9 - Centro Político Administrativo
78053-128, Cuiabá/MT

À Senhora

CARLA FONSECA DE AQUINO COSTA

Coordenadora-Geral de Licenciamento Ambiental
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
SCS Quadra 09, Bloco B, Edifício Parque Corporate, Sala 409-A2, Asa Sul
70308-200, Brasília/DF

Ao Senhor

JÔNATAS SOUZA DA TRINDADE

Diretor de Licenciamento Ambiental
Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
SCEN Trecho 2, Edifício sede do Ibama, 70818-900, Brasília/DF

Ao Senhor

ROBERTO PONTES STANCHI

Coordenador Geral de Licenciamento
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN
SEP/Sul - Qd. 713/913 - Bloco D - Edifício Iphan - 5º andar, 70390-135,
Brasília/DF

Ao Senhor

RICARDO PAEL ARDENGHI

Procurador da República do Ofício de Populações Indígenas e Comunidades
Tradicionais
Ministério Público Federal em Mato Grosso - MPF/MT
Av. Miguel Sutil, nº 1.120, Esquina Rua J. Márcio (R. Nestelaus Devuisky)
Bairro Jardim Primavera, 78.030-010, Cuiabá / MT

Assunto: Consulta Livre, Prévia e Informada no caso das rodovias estaduais MT 130,
MT 322, MT 110, MT 243 e outras que estejam no entorno do Território Indígena do
Xingu (TIX)

Referência: Processos FUNAI 08620.004532/2021-63, 08620.005726/2020-03,
08620.009095/2021-74, 08620.004481/2021-70 e 08620.004346/2020-43

Processos SEMA/MT 196636/2021, 149989/2020, 149995/2020, 150002/2020,
434592/2018, 258667/2011 e 484397/2021.

Prezados senhores,

Utilizamos-nos do presente para encaminhar, em anexo, a Carta do Grupo de Trabalho de Monitoramento de Obras do Entorno que Impactam o TIX (GT de Obras do TIX). O GT esteve reunido nos dias 22 a 24/03/2022, na cidade de Canarana-MT, com o objetivo de atualizar as informações relativas aos processos de pavimentação de rodovias estaduais que se encontram no entorno de nosso território.

Considerando os riscos de impactos negativos para a vida dos povos xinguanos, bem como o nosso direito de consulta prévia, livre e informada, como garante a Convenção 169 da OIT, reivindicamos abertura de diálogo sobre as MTs mencionadas acima e quaisquer outras obras estaduais que possam nos impactar.

Como já é de conhecimento de todos, nós temos o Protocolo de Consulta dos Povos do TIX, que encaminhamos anexo a este ofício em formato digital, onde explicamos como funciona a governança interna dos povos do TIX e a maneira correta de promover esse diálogo conosco, respeitando nossas formas próprias de organização social e nossas entidades representativas legalmente constituídas.

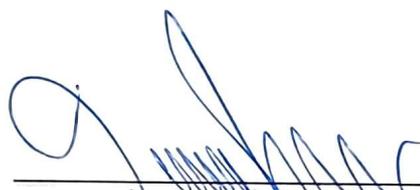
Solicitamos à Funai e ao Ministério Público Federal que intervenham neste processo a fim de garantir nossos direitos. Pedimos atenção do Ibama e do IPHAN para que verifiquem suas eventuais responsabilidades, como por exemplo no caso das MTs que cortam território indígena (MT 322) ou causam impacto direto em áreas sagradas localizadas fora do território (MT 130).

Queremos deixar claro para o governo do Mato Grosso que nossa intenção é participar do desenvolvimento do estado, como cidadãos brasileiros. Sendo assim, cabe ao governo nos consultar de maneira antecipada e não apenas depois que as obras já foram aprovadas e encontram-se em fase de licenciamento ambiental ou, pior ainda, já tiveram suas obras iniciadas.

Prefeituras da região têm procurado lideranças indígenas de maneira isolada para tratar dessas obras. No entanto, a responsabilidade de fazer a consulta é do governo estadual, acompanhado da Funai e do MPF.

Assim, encaminhamos a carta do GT (anexo) para todos os órgãos envolvidos nos processos e nos colocamos à disposição para negociar um plano de consulta que seja viável e adequado para todos.

Atenciosamente,



Janukula Kaiabi Suja
Presidente

**GRUPO DE TRABALHO DE MONITORAMENTO DE OBRAS DO ENTORNO
QUE IMPACTAM O TIX (GT DE OBRAS DO TIX)**

Canarana, MT

24 de março de 2022

Nós, membros do GT de Obras do TIX, criado pela Governança Geral do TIX em 2019, estivemos reunidos entre os dias 22 e 24 de março de 2022 na nova sede da ATIX em Canarana para debater sobre o andamento de rodovias estaduais que circundam o Território Indígena do Xingu e que já estão sendo construídas sem a devida participação e conhecimento da Governança Geral do TIX.

Sobre a MT-322, verificamos que em 2021 a SINFRA/MT solicitou que a FUNAI dispense a elaboração de Estudo do Componente Indígena (ECI) e PBA-Indígena para a pavimentação de um trecho da MT-322 em São José do Xingu/MT, que fica a 2,75 km do TIX. Também vimos que em 2020 a SINFRA/MT já havia solicitado licenciamento ambiental para pavimentação de toda a MT-322, inclusive do trecho entre o TIX e a Terra Indígena Capoto Jarina e também da construção de uma ponte sobre o rio Xingu.

Além da MT-322, nós também vimos que a SINFRA/MT deu entrada ao pedido de licenciamento ambiental na FUNAI para pavimentação de outras MTs que são próximas do TIX, como a MT-130, a MT-110 e a MT-243. Nós achamos que além dessas, podem existir outros projetos da SINFRA próximos do TIX sobre o que nós não fomos informados.

Nós debatemos que essas rodovias estaduais podem gerar impactos negativos e ameaças graves ao TIX e aos povos indígenas, desde um aumento de mortes por acidentes e atropelamentos, que já estão acontecendo no caso da MT-243, como também por elas permitirem a chegada de pessoas e atividades econômicas como agronegócio e madeireiros para perto do TIX e também dos nossos territórios que ainda não foram homologados, como a TI Jatobá (Roro-Walu), que será atravessada no meio pela MT-130.

Ficamos muito preocupados com o fato de que esses projetos de pavimentação estão sendo realizados pelo governo de Mato Grosso sem a realização da Consulta Livre, Prévia e Informada a nós, povos indígenas do Xingu. Estamos vendo prefeituras municipais organizando encontros às pressas com alguns poucos indígenas para dizer que estão realizando a consulta aos povos do TIX e obter anuência para a pavimentação dessas rodovias.

Por essa razão, nós vimos até os órgãos responsáveis pelas MT-322, MT-130, MT-243, MT-110 - e demais MTs próximas do TIX que ainda não conhecemos mas que estão planejadas - para reivindicar nosso direito de Consulta Livre, Prévia e Informada, segundo o Protocolo de Consulta do TIX.

Handwritten signature in blue ink, likely reading "Roberto Ribeiro".

Nós demandamos sermos consultados pelo governo estadual em conjunto do órgão interessado - SINFRA/MT - e dos órgãos licenciadores - SEMA/MT e o IBAMA, que é o responsável pelo licenciamento ambiental da MT-322, que passa dentro de terras indígenas. Exigimos, também, a presença da Funai e do Ministério Público Federal para que garantam nossos direitos.

Assinam abaixo os membros do GT de Obras do TIX

Alf
Yamama Kuituro
Danens Lammai Suso
Amutu Waura
Oporu Tucão Trumai
Kortow Daffare

Paulo Prompi Tricão
Sapari Yamulpati

A. xukumi Kolojolo
Napixu T. Tricão
Kunapay Toyob.
Turmin Yamalpat.
A. cento Keish.
Aubajatu Aweti
WERATI SOVA
Edsem Spaim Ramaiuro
Luyutu Tuku Waura
Fasatu Matiky
Theve Kshiyubo Kolojolo
Kamran Nahuturo

Obi Kayabi
Amani Karabi Suso
Cocante Tricão
Eulisi Yamalpati Trumai
D



PROTOCOLO DE CONSULTA
DOS POVOS DO TERRITÓRIO INDÍGENA DO XINGU





PROTOCOLO DE CONSULTA
DOS POVOS DO TERRITÓRIO INDÍGENA DO XINGU



INTRODUÇÃO	6
MUITOS POVOS, UM TERRITÓRIO	8
PLANEJANDO O FUTURO, ORGANIZANDO O PRESENTE	12
É OBRA QUE NÃO ACABA MAIS	16
OUTRAS POLÍTICAS QUE EXIGEM CONSULTA	22
COMO COMEÇOU A CONVERSA	24
O PROTOCOLO DE CONSULTA DOS POVOS DO TIX	30



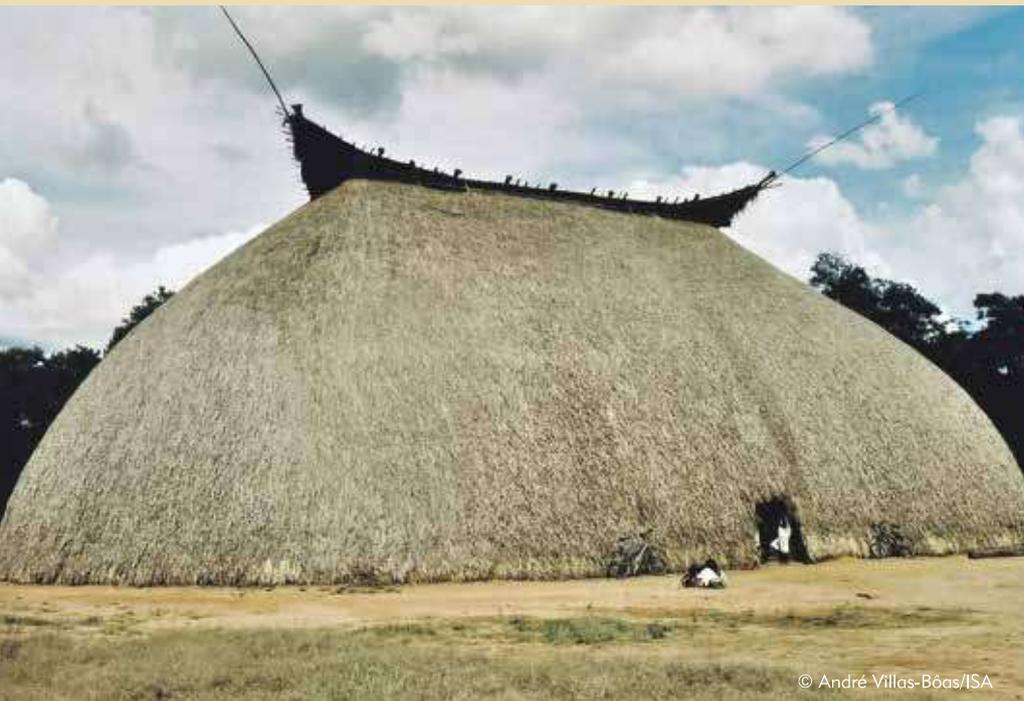


PROTOCOLO DE CONSULTA
DOS POVOS DO TERRITÓRIO INDÍGENA DO XINGU

Introdução

O Protocolo de Consulta dos Povos do Território Indígena do Xingu (TIX) deve ser respeitado pelos governantes brasileiros sempre que quiserem decidir algo que possa afetar a nossa vida. Sabemos que não é fácil estabelecer diálogo com a gente, pois somos muitos povos diferentes, moramos em locais de difícil acesso para quem vem da cidade grande, falamos línguas e temos visões de mundo que vocês, governantes, não entendem.

O Protocolo de Consulta é um instrumento de autodeterminação. Não queremos mais que o governo tome decisões sem nos ouvir honestamente. Várias vezes fomos atropelados e nossas lideranças foram manipuladas durante consultas ilegítimas. Por isso escrevemos este documento, resultado de um longo debate interno de entendimento entre os povos do TIX sobre como queremos ser consultados para que qualquer decisão ou projeto do governo que nos afete seja implementado.



© André Villas-Bóas/ISA

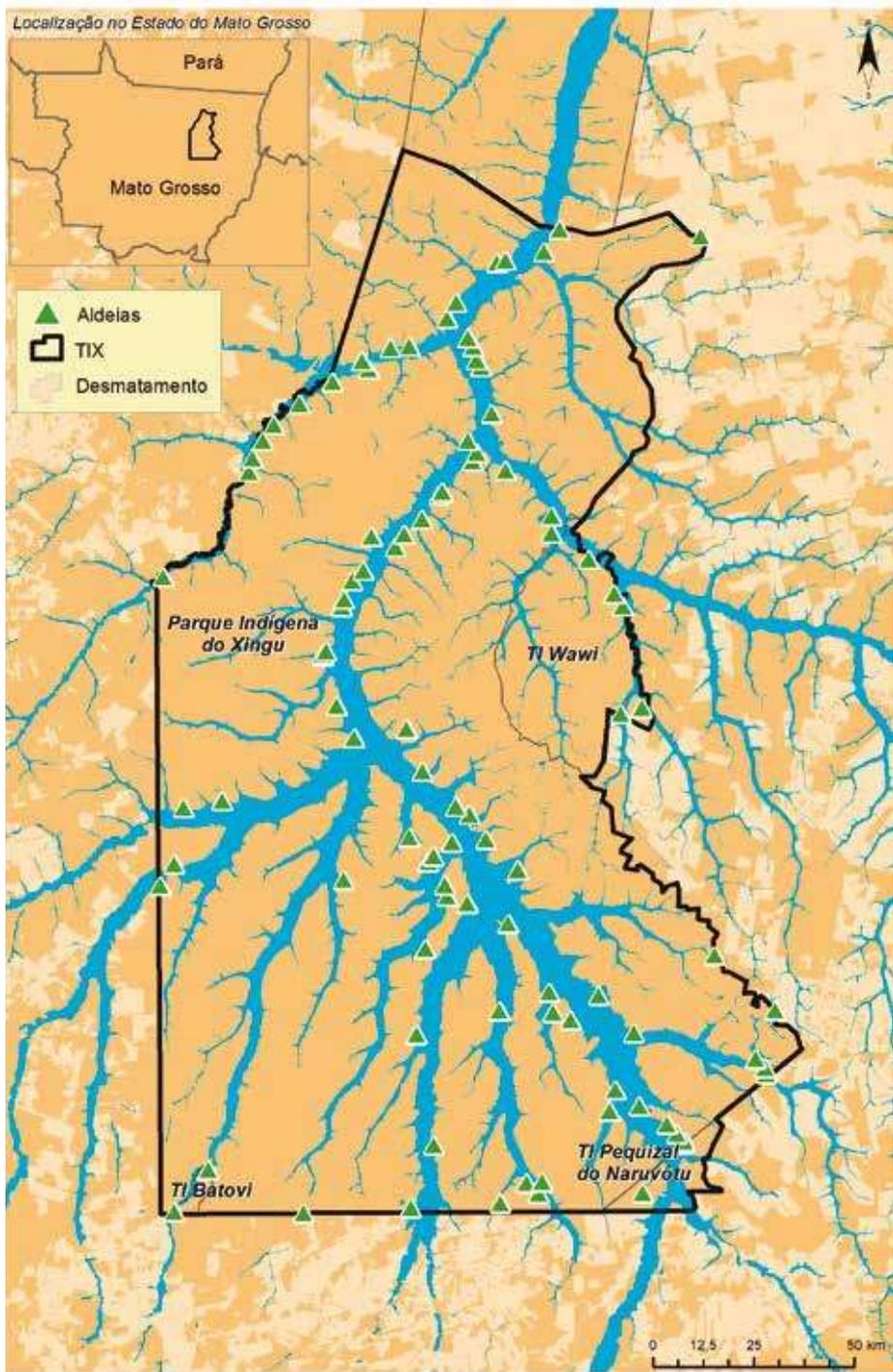
Aqui, vamos contar um pouco sobre nós, como estamos organizados para enfrentar os desafios da atualidade, como construímos este documento e quais são as regras do nosso Protocolo de Consulta.



Muitos povos, um território

Nosso território é formado, atualmente, por quatro terras indígenas contíguas: Parque Indígena do Xingu, Wawi, Batovi e Pequizal do Naruvôtu. Juntas, essas quatro terras formam o Território Indígena do Xingu (TIX), com 2,8 milhões de hectares demarcados e homologados para usufruto exclusivo de 16 povos: Aweti, Ikpeng, Kalapalo, Kamayura, Kawaiwete, Kisêdjê, Kuikuro, Matipu, Mehinako, Nahfukwa, Naruvôtu, Tapayuna, Trumai, Wauja, Yawalapiti e Yudja. Cada povo possui sua própria língua e história, fazendo do TIX uma das regiões de maior diversidade cultural do Brasil.

10



Infelizmente, muita gente não dá valor para a diversidade cultural e menos ainda para a biodiversidade. Nossas culturas não são ensinadas nas escolas das cidades e a floresta é vista como uma barreira para o desenvolvimento econômico. O resultado disso é um preconceito grande contra os povos indígenas e o desmatamento acelerado da floresta. As cabeceiras dos nossos rios estão todas fora do TIX e são impactadas pela erosão do solo e ameaçadas pelo uso intensivo de agrotóxicos. O entorno do nosso território está tão desmatado que as imagens de satélite mostram uma ilha de floresta que coincide exatamente com os limites do TIX.

Nós estamos organizados para enfrentar os desafios da atualidade. Muita gente pensa que "índio de verdade" tem que viver parado no tempo, exatamente como viviam os antigos. Nós, povos indígenas, sabemos nos adaptar às novas situações que o mundo nos colocou. Usar as tecnologias do mundo ocidental e falar português não faz da gente "menos índio". Na verdade, não tem como ser "mais ou menos índio" ou "índio de mentira". Somos índios e ponto! E nos orgulhamos disso!



Planejando o futuro, organizando o presente

Desde 2010, estamos trabalhando no planejamento futuro de nossa vida e de nosso território. Construimos o nosso Plano de Gestão do Território Indígena do Xingu onde definimos diretrizes gerais para a Cultura, Território, Alternativas Econômicas, Soberania Alimentar, Educação e Saúde de nossos povos. O Plano de Gestão deve orientar a atuação de nossas lideranças bem como dos governos e parceiros que atuam junto da gente.

Nosso Plano de Gestão estipulou, também, uma Estrutura de Governança Interna dos Povos do TIX, instância de diálogo interétnico que tem o objetivo de monitorar a aplicação das diretrizes definidas no Plano. A Governança Interna do TIX promove o encontro das lideranças indígenas de todas as etnias do nosso território para criar consensos legítimos em torno de temas complicados. A Governança serve, também, para que os governantes possam fazer consultas adequadas aos nossos povos sobre os assuntos que nos interessam garantindo a participação de todos os povos do território.

Toda consulta aos povos indígenas do TIX deve ser feita através de nossas regras de Governança. Não são válidos os acordos paralelos, feitos com apenas um grupo de índios, não importa se são lideranças ou caciques. Todo acordo deve ser construído respeitando nosso protocolo!



© Rogério Assis

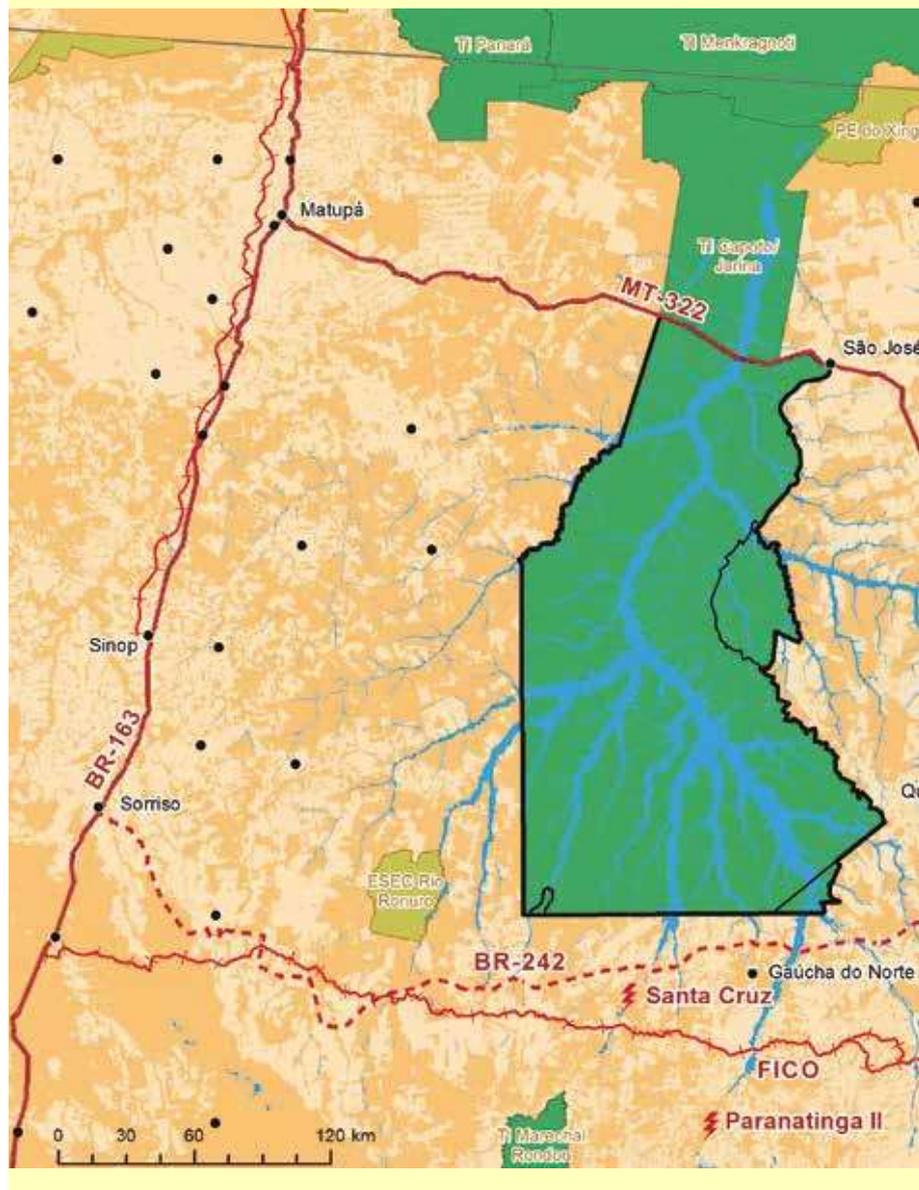


É obra que não acaba mais

Nosso território está inserido no estado do Mato Grosso numa região de grandes produtores rurais de soja e milho. Esses produtores demandam do governo muita infraestrutura para o escoamento de sua produção, voltada para exportação. Os governos de todos os partidos têm atendido prontamente a essa demanda, destinando parcelas enormes do orçamento público. A maior parte das vezes as obras de infraestrutura do governo são feitas sem os devidos estudos, e sem ouvir os indígenas.

O TIX está cercado de obras que impactam nossa vida. Ao norte, passa a MT 322, estrada aberta no tempo da ditadura e que agora querem pavimentar. Os políticos da região dizem que a obra vai acontecer de qualquer jeito. Os jornais falam que os índios já aceitaram a estrada. A verdade é que até agora o governo não fez nenhuma consulta aos povos do TIX que respeitasse nossa Governança Interna.

PRINCIPAIS OBRAS DE INFRAESTRUTURA COM IMPACTO



SOBRE O TERRITÓRIO INDÍGENA DO XINGU



À oeste do TIX passa a BR 163 (Cuiabá-Santarém), asfaltada recentemente. Na época, foram criadas várias unidades de conservação para evitar o desmatamento da região, mas essas áreas mal foram implementadas e a derrubada da floresta só aumentou. Agora, o governo federal quer fazer a Ferrogrão correndo paralela à BR 163 entre Sinop e Miritituba. O Ministério dos Transportes está estudando a viabilidade da obra, mas não perguntou para nós o que achamos dela, nem avaliou os possíveis impactos sobre as
20 nossas terras no entorno da ferrovia.

Ao sul, o governo está planejando a BR 242, cujo traçado original se sobrepõe a vários sítios arqueológicos tombados pelo IPHAN, como a caverna do Kamukuaka. No papel, o licenciamento da obra está vencido desde 2014. As irregularidades são muitas: os estudos não contemplaram a questão indígena (a estrada passaria à menos de 10 km do TIX!) e nenhuma consulta foi realizada. Apesar disso, os políticos dão a estrada como certa, sem terem perguntado nossa opinião e sequer

terem realizado os estudos sobre impactos socioambientais que devem ser anteriores à autorização ambiental. Junto da BR 242 ainda se pretende construir a Ferrovia de Integração do Centro Oeste.

Poderíamos falar muito mais aqui, por exemplo, sobre a Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, ao norte do nosso território, ou sobre a BR 158, à leste do TIX, ou a Pequena Central Hidrelétrica de Paranatinga, que provocou conflitos entre nossos parentes justamente porque os governantes não respeitaram nossa Governança Interna.



© Valter Campanato/ABr

Em 1989, o Brasil assinou a Convenção 169 da OIT, se comprometendo junto a vários outros países a zelar pelos direitos indígenas, entre eles o direito a consulta livre, prévia e informada. Em 19 de abril de 2004, a Convenção 169 se tornou lei brasileira através do Decreto Presidencial 5.051.

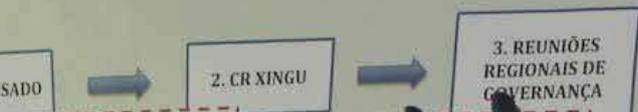
Entre outras coisas, a Convenção 169 afirma que:

"Os povos indígenas têm direito a determinar e elaborar as prioridades e estratégias para o desenvolvimento ou utilização de suas terras ou territórios e outros recursos."

"Os Estados celebrarão consultas e cooperarão de boa fé com os povos indígenas interessados na condução de suas próprias instituições representativas, a fim de obter seu consentimento livre e informado, antes de aprovar qualquer projeto que afete as suas terras ou territórios e outros recursos, particularmente em relação com o desenvolvimento, a utilização ou a exploração de recursos minerais, hídricos ou de outro tipo."

ATA DE PROTOCOLO DE CONSULTA DOS POVOS DO TIX

DIUARUM, SETEMBRO DE 2015 - BAIXO XINGU



O interessado não pode entrar em contato diretamente com indígenas; não pode fazer reuniões paralelas com caciques, nem que informe a FUNAI antes de tudo.

O Interessado tem que entrar no TIX acompanhado de um representante do Polo para informar os índios sobre o seu projeto de governança. Serão realizadas quatro reuniões regionais de governança e uma reunião geral de governança.

24

5. REUNIÃO GERAL DE GOVERNANÇA

No primeiro dia participam somente indígenas para escolher uma posição sobre o projeto do Interessado. No segundo dia participam o interessado, FUNAI, ATIX e terceiros.

Todas as aldeias da região vão tirar uma posição sobre o projeto do Interessado.



© Luis Donisete Benzi Grupioni/lepé

Outras políticas que exigem consulta

Mas não é só de obras que estamos a falar. Outras políticas governamentais afetam diretamente a vida dos povos do TIX e, por essa razão, devem ser objeto de consultas de acordo com o nosso protocolo. É o caso, por exemplo, das nomeações para cargos de confiança de órgãos indigenistas, como os chefes do Distrito Sanitário Especial de Saúde Indígena do Xingu (DSEI-Xingu) e da Coordenação Regional do Xingu da FUNAI. O mesmo vale para as políticas municipais e estaduais de meio ambiente, como a aplicação dos recursos do ICMS-Ecológico ou as políticas de redução das emissões de gases do efeito estufa e combate ao desmatamento. Enfim, como diz a Convenção 169, “qualquer projeto que afete as suas terras ou territórios” deve ser objeto de consulta livre, prévia e informada.



Como começou a conversa

Nós, povos indígenas do Xingu, construímos nosso Protocolo de Consulta durante os anos de 2015 e 2016. Tudo começou com uma reunião no Polo Leonardo, Alto Xingu, em que a empresa VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. apresentou o resultado do Estudo de Impacto Ambiental da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (FICO). Os impactos previstos eram desastrosos: aumento das cidades, poluição dos rios, diminuição dos peixes, entre outros. Os estudos sobre os impactos no TIX haviam sido feitos com base em fontes secundárias, sem trabalho de campo e aquela rápida reunião era o primeiro momento em que nós ouvíamos falar em FICO.

O licenciamento caminhava a passos largos, enquanto que a consulta aos povos indígenas do Xingu vinha atrasada, apressada e consistia numa apresentação de resultados. Ninguém nos perguntou o que deveria ser estudado, quais eram nossas principais preocupações, quais possíveis alterações sobre nossa forma de vida e as consequências do empreendimento sobre os recursos naturais que usamos e manejamos dentro de nosso território.

28 Ainda estava fresca em nossa memória a experiência ruim de negociação com o governo do Mato Grosso em torno da construção da PCH Paranatinga, onde os povos quase brigaram uns com os outros por causa de um processo de consulta manipulado pelo governo do Estado do Mato Grosso. O péssimo exemplo da Usina de Belo Monte, onde as políticas de “compensação” causaram tanto impacto quanto a obra, assustava a todos nós.

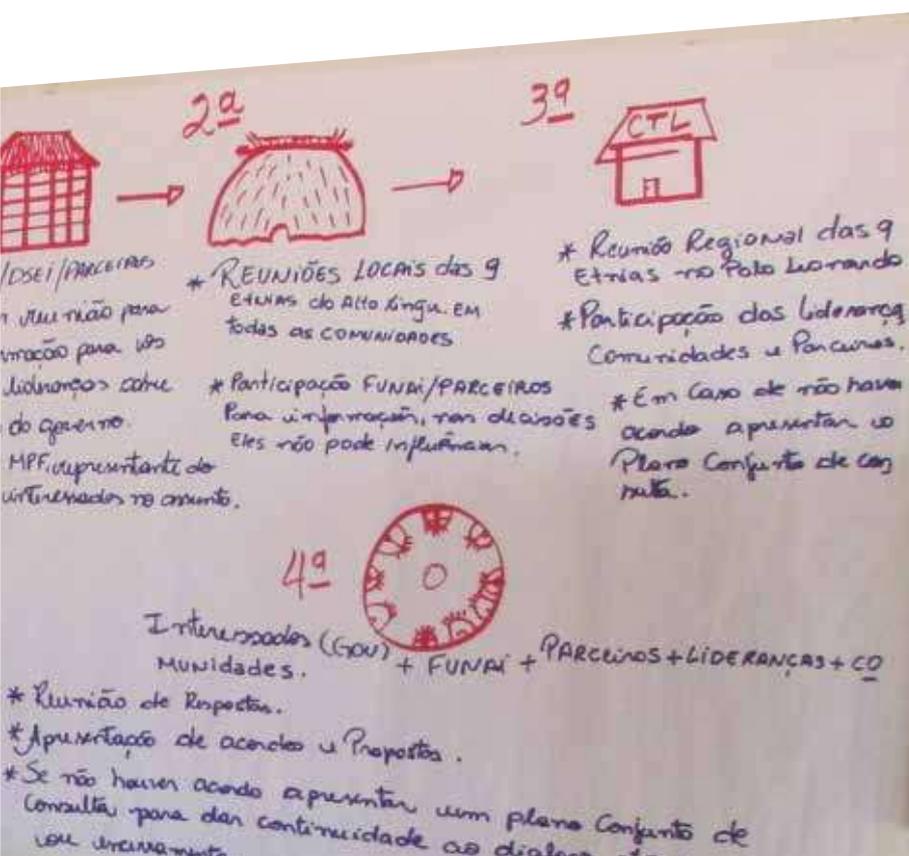
A Rede de Cooperação Amazônica (RCA) mostrou para as lideranças xinguanas o Protocolo de Consulta elaborado pelos Wajãpi do Amapá. Com apoio da Associação Terra Indígena Xingu (ATIX), FUNAI e do Instituto Socioambiental (ISA), resolvemos elaborar nosso próprio protocolo, uma oportunidade para cobrar dos governantes processos idôneos de consulta. Queremos regulamentar a aplicação da Convenção 169 para o caso do TIX, sem deixar margem para consultas de má fé que servem apenas para validar decisões previamente acertadas entre governantes e empresas.

Por que governantes e empresários se recusam a pensar o Brasil em diálogo com a gente? As terras indígenas são a porção melhor preservada do território nacional, garantindo a prestação de serviços ambientais fundamentais para o Brasil, inclusive para o agronegócio. Há muito a ciência descobriu que sem floresta o clima fica seco, a chuva diminui. Hoje, é de conhecimento de todos a teoria dos "rios voadores" produzidos pela floresta amazônica que garantem as chuvas no centro-oeste e sudeste brasileiros. Ou seja, sem florestas milhões de habitantes das cidades podem sofrer com a falta de água e o agronegócio pode se tornar inviável. A causa indígena é a causa de todos nós!

30



Realizamos quatro oficinas para a construção do nosso protocolo, uma em cada Polo do TIX: Wawi, Diauarum, Pavuru e Leonardo. Depois, comparamos as propostas de cada região e aprovamos o protocolo em reunião de governança geral, realizada entre os dias 28 a 30 de outubro de 2016. A seguir, descrevemos nosso protocolo.





O Protocolo de Consulta dos Povos do TIX

QUEM DEVE SER CONSULTADO?

Todas as etnias do TIX devem ser consultadas. No TIX não tem cacique geral que fale em nome de todos os povos.

SOBRE O QUE QUEREMOS SER CONSULTADOS?

Queremos ser consultados sobre qualquer decisão dos governos (Federal, Estadual e Municipal) e do poder legislativo (Câmara Municipal, Assembleia Legislativa e Congresso Nacional) que possa nos afetar de alguma forma. Construção de obras no entorno do nosso território, novas leis, mudanças nos órgãos que trabalham conosco e formulação de políticas públicas que nos dizem respeito são exemplos de decisões que só devem ser tomadas após consulta.

QUANDO QUEREMOS SER CONSULTADOS?

Queremos ser consultados antes das decisões serem tomadas. Não aceitamos que o governo nos consulte quando não há mais possibilidade de alterar ou cancelar o projeto ou decisão. O governo tem que agir de boa fé e estar disposto a construir suas políticas junto com a gente.

ROTEIRO DA CONSULTA

O primeiro passo para a consulta é informar a FUNAI de Brasília de que um projeto ou ideia está sendo pensado pelo governo e pode impactar a vida dos povos indígenas do Xingu. A FUNAI de Brasília deve informar a FUNAI de Canarana (CR Xingu) e a Associação Terra Indígena Xingu (ATIX).

A CR Xingu e a ATIX devem organizar uma reunião geral de governança do TIX com a presença de representantes de todas as etnias. Essa reunião tem o objetivo de informar nossos povos sobre o conteúdo da proposta do governo.

Dependendo do grau de impacto do projeto ou ideia, a consulta pode se encerrar logo nesta primeira conversa. Se o projeto ou iniciativa do governo, for complicado e precisar de mais informações e discussões, teremos que seguir nosso roteiro de consulta com mais conversas com os povos e comunidades do Xingu.

Após a primeira reunião geral, cada povo deve realizar uma reunião de governança interna para debater o projeto ou iniciativa. Depois, os povos discutem em reuniões regionais para definir posições do Alto, Médio, Baixo e Leste Xingu.

Completando o ciclo de Governança, todos voltam a se encontrar numa reunião geral para encaminhar os entendimentos com o governo. Dependendo da dificuldade do assunto da consulta, o processo poderá ter continuidade em novos ciclos de conversas definidas conjuntamente entre os povos do Xingu e o governo.

ROTEIRO DE CONSULTA

1. O primeiro passo é informar a FUNAI de Brasília que um projeto está sendo pensado e pode impactar a vida dos índios do Xingu.



A FUNAI de Brasília deve informar

a FUNAI de Canarana e a Associação Terra Indígena Xingu (ATIX).

Se for necessário, o processo de consulta poderá ter continuidade com novos ciclos de conversa.

36



4. Todas as etnias voltam a se encontrar numa Reunião de Governança Geral para encaminhar os acordos finais com o governo.

Depois, são realizadas Reuniões de Governança Regionais para definir posições do Alto, Médio, Baixo e Leste Xingu.

2. A CR Xingu e a ATIX devem **organizar** uma **Reunião de Governança Geral** com a **presença de todas as etnias.**



Se houver consenso de aprovação ou rejeição do projeto, a consulta pôde se encerrar logo nesta primeira conversa.

Se não, a consulta deve continuar.



3. cada povo deve realizar uma Reunião de Governança Interna para debater o projeto.

REGRAS GERAIS

O governo deve enviar para as reuniões de consulta pessoas responsáveis pelo projeto ou iniciativa, com poder de decisão.

A FUNAI e o MPF devem participar de todo o processo de consulta. Outros parceiros podem ser convidados por nós se quisermos.

38 Todos as reuniões e atividades necessárias ao processo de consulta devem ser pagas pelo órgão de governo interessado na consulta.

Todas as aldeias devem ser convidadas e devem enviar representantes com poder de decisão para as reuniões de consulta.

Durante as reuniões deve ter tempo para tradução nas diversas línguas faladas no TIX. Os brancos têm que ter paciência e não podem nos pressionar para acelerar o processo de decisão.

Sempre que for necessário, nós faremos conversas internas, sem a presença dos brancos.

Todas as reuniões do processo de consulta devem ocorrer dentro do TIX. Os brancos devem vir preparados para se alimentar da nossa comida e dormir em nossa casa pelo tempo que for necessário para cada reunião.

As reuniões devem ser convocadas especificamente para tratar do assunto da consulta.

Os parentes que moram na cidade não podem falar em nome das comunidades, nem representá-las ou decidir por elas.

A organização da Consulta deve obrigatoriamente envolver a Associação Terra indígenas Xingu – ATIX.

Podemos pedir aos nossos parceiros que ajudem a trazer informações sobre o assunto da consulta.

O governo não pode mentir ou omitir informações para nós.

As decisões são tomadas por consenso, não pode ter votação.

Todas as etapas do processo de consulta devem ser registradas em vídeo e ata. Somente nós podemos filmar as reuniões.

Se a proposta do governo for muito ruim para nós, temos o direito de dizer 40 "não". O governo tem que respeitar nossas decisões.



© Leticia Leite/ISA

REALIZAÇÃO DO PROTOCOLO DE CONSULTA DOS POVOS DO TIX

Povos do Território Indígena do Xingu

Aweti

Ikpeng

Kalapalo

Kamayura

Kawaiwete

Kisêdjê

Kuikuro

Matipu

Mehinako

Nahfukua

Naruvôtu

42 Tapayuna

Trumai

Wauja

Yawalapiti

Yudja

ASSESSORIA AO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PROTOCOLO DO TIX
Ivã Gouvêa Bocchini

ATIX – Associação Terra Indígena Xingu

Av. Mato Grosso, 627 – Centro

78.640-000 – Canarana – Mato Grosso

Tel. (66) 3478-1948

atix.secretaria@gmail.com

©Atix
©RCA, ISA
São Paulo – SP, 2017

PUBLICAÇÃO DO PROTOCOLO
ATIX – Associação Terra Indígena Xingu
ISA – Instituto Socioambiental
RCA – Rede de Cooperação Amazônica

EDITORES
Yakari Mehinaku Kuikuro
Ivã Gouvêa Bocchini
Luis Donisete Benzi Grupioni

CAPA
Rafael Govari/ISA

CONTRACAPA
Adryan Araujo Nascimento/ISA

MAPAS
Fábio Garcia Moreira

INFOGRÁFICO DO PROCESSO DE CONSULTA
Dedê Paiva

PROJETO GRÁFICO
Renata Alves de Souza/Tipográfico Comunicação

APOIO
Rainforest Foundation Norway





